



**FUNDO BRASILEIRO PARA A
BIODIVERSIDADE**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2000

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

CONSELHO DELIBERATIVO

Roberto Konder Bornhausen
Presidente

Jean Marc von der Weid
Vice-presidente

MEMBROS VOGAIS

Acadêmico

Ângelo Barbosa M. Machado – UFMG
Benjamin Gilbert – Fundação Oswaldo Cruz
Luiz Antonio Maciel de Paula – UFC
Virgilio Mauricio Viana – ESALQ-SP

Ambientalista

Garo Batmanian – WWF/Brasil
Gustavo A.B. Fonseca – Conservation International
Ibsen de Gusmão Câmara – FBCN
Jean Marc von der Weid – AS-PTA

Empresarial

José Luiz Magalhães Neto – Grupo Belgo Mineira
Roberto K. Bornhausen – Unibanco
Roberto Leme Klabin – SOS Mata Atlântica
Roberto Paulo C. de Andrade – BRASCAN

Governamental

Antônio Sérgio L. Braga – MMA
José Pedro de O. Costa – MMA

MEMBROS SUPLENTE

Acadêmico

Antonio Carlos Diegues – NUPAUB/USP
Cláudio Benedito V. Pádua – Fundação Universidade de Brasília
Roberto Brandão Cavalcanti – UnB

Ambientalista

Adriano Campolina – Action Aid José Adalberto Verissimo – Instituto Homem e Meio Ambiente
Muriel Saragoussi – Fundação Vitória Amazônica

Empresarial

Carlos Affonso de A. Teixeira – Petrobras
Manoel de Freitas – International Paper do Brasil Ltda.
Maria Mercedes von Lachmann – Grupo Lachmann
Maurício Lima Reis – Cia. Vale do Rio Doce

Governamental

Braulio F. Souza Dias – MMA
Fredmar Corrêa – MMA

SECRETARIA EXECUTIVA

Pedro Leitão
Diretor Executivo

Maria Clara Soares
Coordenação de Fomento

Arminda Campos
Coordenação de Fomento

José Telmo de Araújo Neves
Gerência Financeira

Claudia Esquioga
Gerência Administrativa

Texto

Márcia Soares

Revisão

Eloí Calage

Projeto gráfico e programação visual

Traço Design

FUNBIO

Largo do Ibam, 01/ 6º andar
Humaitá – Rio de Janeiro – RJ
Cep: 22.271-020
Tel: (21) 579-0809
E-mail: funbio@funbio.org.br
Website: www.funbio.org.br

Índice

1. Carta do Presidente	4
2. Panorama da Biodiversidade	
CDB: nosso ideário	5
A biodiversidade em 2000	7
3. O FUNBIO	
História	11
Proposta	11
Organização	12
Resultados	13
4. Programas	
Fundos de Parceria	17
Fundação Ford/Funbio	19
Apoio à Produção Sustentável	22
Melhores Práticas em Ecoturismo	26
Projetos do Edital 96/97	27
5. Perspectivas	29
6. Auditoria Financeira	33

1. CARTA DO PRESIDENTE

A missão do FUNBIO é catalisar recursos para apoio de ações estratégicas pela conservação e uso sustentável de biodiversidade no Brasil.

O ano 2000 testemunhou o período de maior atividade e transformação no Fundo Brasileiro para a Biodiversidade ao longo de sua curta, porém dinâmica, história. Do ponto de vista de suas finalidades, foi nesse ano que começaram a deslançar os seus dois principais programas de fomento, ambos voltados para o estabelecimento de relações com o setor privado, na tentativa de envolvê-lo em ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade nacional.

O Programa Fundo de Parceria representa um importante passo para a captação de recursos dos agentes de maior porte para o desenvolvimento de projetos ambientais de interesse comum, entre eles e o FUNBIO. Através da contratação desses fundos, o FUNBIO capta cerca de US\$ 4 milhões e disponibiliza recursos próprios em valor semelhante. Além da importância em si desses projetos, o Programa demonstra a possibilidade do engajamento do setor privado com a implementação dos objetivos da Convenção da Diversidade Biológica no Brasil.

Já o Programa de Apoio à Produção Sustentável surge com uma perspectiva de dar continuidade e ampliar projetos de produção sustentável, já iniciados e apoiados por outras fontes de financiamento, cuja base produtiva esteja associada aos recursos biológicos do nosso país. O FUNBIO apóia a análise da viabilidade econômica dessas iniciativas, bancando a elaboração de planos de negócios, que lhes vão possibilitar não apenas uma melhor perspectiva de produção e mercado, mas também a chance de obter novos recursos junto a agências públicas e privadas de investimento. Trata-se de uma linha programática que visa a beneficiar e garantir a permanência do micro e pequeno empresário nos negócios sustentáveis.

Cabe ainda mencionar o Programa Melhores Práticas em Ecoturismo, que começa a demonstrar a pertinência da sua proposta, bem como seu potencial de angariar parceiros em torno de uma iniciativa de interesse de muitos agentes, viabilizando os recursos necessários à sua realização.

Portanto, para o FUNBIO, o ano 2000 foi um ano de amadurecimento e avanço do ponto de vista programático.

Já na vertente institucional, foi em 2000 que se efetivou o término do período de hospedagem do FUNBIO na Fundação Getúlio Vargas, implicando, com isso, não apenas a criação e formalização de uma nova instituição, mas também o desenvolvimento de todo um conjunto de unidades de suporte administrativo e financeiro, voltado para dar conta do controle dos valores movimentados

tanto no apoio a projetos, quanto na gestão da instituição. Trata-se aqui de um novo e não previsto desafio para a equipe técnica do Fundo, que vem se esforçando para enfrentá-lo.

Vejo na ação do FUNBIO bons exemplos da possibilidade de associação do setor privado com as causas ambientais e sociais. Visualizo a abertura de oportunidades em novos campos de negócios, com uma maior aproximação do setor privado dessas questões. Mais uma vez, convido a todos os interessados, particularmente o setor produtivo, a participar ativamente dessa experiência de conservação e uso sustentável da nossa biodiversidade. Estou certo que será recompensador e levará a interessantes desdobramentos em futuro próximo.

Roberto Konder Bornhausen
Presidente do Conselho Deliberativo

2. PANORAMA DA BIODIVERSIDADE

CDB: nosso ideário

Meio-ambiente e desenvolvimento sustentável são temas que têm motivado grandes debates internacionais. Apesar da importância e gravidade destas questões, sua inserção formal na agenda diplomática mundial ocorreu pela primeira na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. A partir deste evento, a questão da diversidade biológica/desenvolvimento sustentável passou a ser discutida num contexto que envolve a garantia de condições básicas de sobrevivência para o ser humano.

Passou-se a considerar que degradação humana e degradação ambiental estão intrinsecamente relacionadas, tornando-se imperativo para a conquista da sustentabilidade dos recursos naturais promover condições dignas de sobrevivência às famílias e um ambiente saudável e produtivo. Desta premissa nasceu o reconhecimento da necessidade de *adoção* um novo modelo de desenvolvimento - o desenvolvimento sustentável - que enfatiza o valor dos recursos naturais, notadamente da diversidade dos seres vivos, ou biodiversidade, para o desenvolvimento econômico e social.

A percepção de que a biodiversidade é um bem comum da humanidade e indispensável para a manutenção da biosfera levou as Nações Unidas, em 1988, a promover a elaboração de um instrumento legal balizador das futuras ações relativas à questão da biodiversidade. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) foi assinada pelos países participantes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

A CDB é inovadora e, principalmente, ousada em seus propósitos, pois está calcada no binômio conservação-utilização – premissas aparentemente antagônicas. A Convenção propõe que os recursos naturais não sejam apenas resguardados em unidades de conservação, mas sim utilizados por todos com consciência, de forma a garantir o desenvolvimento daqueles que fazem uso deles, direta como indiretamente. A correta utilização dos recursos deve gerar condições dignas de vida, principalmente nos países em desenvolvimento, onde se encontra a maior parte dos habitats naturais. O documento contém 42 artigos e dois anexos.

O primeiro artigo da CDB aborda “A conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos, através do acesso a esses recursos, da transferência de tecnologia pertinente e de financiamento apropriado”. Os demais artigos definem os termos e os meios para a realização desses objetivos e tratam de questões operacionais e de funcionamento.

Os artigos da CDB podem ser divididos em diferentes grupos. Alguns tratam especificamente da conservação dos recursos biológicos. Para isso, aconselham a identificação e o monitoramento dos ecossistemas de alta diversidade biológica, que contenham espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, e dos que contenham espécies de valor medicinal e agrícola, dentre outros. Tratam, também, da necessidade de se identificar as atividades cujos impactos ameaçariam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

A CDB recomenda a criação de espaços protegidos assim como o estabelecimento do manejo adequado dessas áreas e a promoção de atividades sustentáveis em suas cercanias (art.8). Ressalta também a importância do resgate do conhecimento de comunidades indígenas ou locais para o bom encaminhamento dos propósitos da convenção, reconhecendo o direito destas comunidades de partilhar dos lucros obtidos na utilização de seus conhecimentos. Recomenda, ainda, que sejam adotadas medidas para a conservação ex situ (art. 9), de preferência no próprio país de origem.

O documento assegura ao país detentor dos recursos biológicos a soberania da exploração destes recursos, em conformidade com sua legislação interna. Da mesma forma, estabelece a responsabilidade sobre o mau uso dos recursos biológicos e os efeitos de degradação ambiental que porventura atinjam áreas além de seu território (art. 3, 4). Os países signatários da Convenção devem, de acordo com suas possibilidades, adotar estratégias e programas nacionais de conservação e uso sustentável e mitigadores de impactos ambientais ou, então, adaptar os já existentes, assim como promover a cooperação entre os setores público e privado, organizações não-governamentais e governos estrangeiros (art. 5, 10, 11, 14, 17 e 18). Nessa perspectiva, é de extrema relevância a promoção de políticas educacionais que encorajem e, sobretudo, elucidem

as medidas de conservação e uso sustentável adotadas, somando-se a isso o incentivo a práticas científicas, capazes de gerar informações sobre o funcionamento dos ecossistemas, facilitando o seu manejo (art. 12, 13).

A CDB recomenda que a cooperação entre governos não se limite apenas ao intercâmbio de informações técnicas e científicas (art. 15, 16, 19, 20 e 22) e sugere a facilitação do acesso aos recursos genéticos para os países pobres em biodiversidade, porém detentores de recursos financeiros e tecnológicos (países desenvolvidos). Da mesma forma, sugere que se promova a transferência de tecnologia apropriada e o suporte financeiro para os países ricos em biodiversidade, porém econômica e tecnologicamente menos capacitados (países em desenvolvimento). Essa transferência deve, contudo, respeitar as leis de patentes e direitos de propriedade estabelecidos nas respectivas legislações ou obrigações advindas de outros acordos internacionais, reiterando-se sempre a importância da partilha dos benefícios.

No Brasil, o governo adotou medidas para responder aos desafios lançados pela CDB em duas etapas. A primeira, tomada no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, foi a criação do Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio) e da Coordenação Geral de Diversidade Biológica (Cobio). Posteriormente, no âmbito destes dois instrumentos, foram criados o Probio e o FUNBIO, o primeiro voltado para apoiar a definição das políticas e o segundo para a implementação de projetos em conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Os principais mecanismos de implementação da CDB, descritos nos artigos 21, 23, 24 e 25, são:

- O mecanismo de facilitação (mais conhecido por *Clearing-house mechanism*), responsável pela cooperação técnico-científica;
- o já estabelecido secretariado, de caráter puramente administrativo e executivo;
- a Conferência das Partes (COP), composta de delegações de todos os países signatários, observadores e representantes da sociedade civil, realizada periodicamente com o intuito de ponderar sobre os assuntos relacionados à implementação da CBD;
- um Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTTA), cuja função é assessorar a COP;
- um mecanismo financeiro, exercido pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

A biodiversidade em 2000

Segundo dados da Conservation International, dos 17 países mais ricos em biodiversidade do mundo, o Brasil está em primeiro lugar disparado: detém 23% do total de espécies do planeta.

No que diz respeito à implementação da CDB, o ano de 2000 foi marcado por avanços em relação

aos acordos. Em janeiro, foi assinado o Protocolo Internacional de Biossegurança durante reunião promovida pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (Pnuma), em Montreal. Além disso, a 5ª Conferência das Partes, realizada em Nairobi, na África, determinou que, a partir de então, os trabalhos deste organismo sejam norteados pelos princípios da abordagem ecossistêmica, que visa o manejo integrado dos solos, da água e dos recursos biológicos.

É inegável que no ano de 2000 houve significativo crescimento da conscientização e do compromisso com a proteção de áreas silvestres e da diversidade biológica. Todavia, estas ocorrências não reverteram a perda maciça de florestas ou a maior crise de extinções que o mundo já testemunhou. Os avanços ficaram no âmbito dos tratados, pois a biodiversidade do planeta continuou sendo agredida, seja por acidentes ambientais de grande porte, ou pela valorização das políticas econômicas, em detrimento das ambientais e sociais.

O debate sobre os méritos da globalização econômica e sobre a melhor forma de assegurar o progresso, humano e ecológico, nas décadas vindouras, permeou o ano de 2000. Um estudo patrocinado pelo WWF sobre as causas básicas da perda da biodiversidade concluiu que a pobreza desempenha um dos papéis cruciais neste processo: os problemas ecológicos e sociais estão interligados e se reforçam mutuamente. Além disso, a excessiva concentração da riqueza, que caracteriza os modernos sistemas econômicos, gera mais pobreza e declínio ambiental.

A responsabilidade pela saúde atual do planeta – incluindo sua diversidade biológica – e de seus habitantes humanos continuou sendo dividida desigualmente entre países ricos e pobres. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, por exemplo, realizada em 2000, em Haia, na Holanda, pretendia estabelecer regras para as emissões de *gás* carbono na atmosfera, principal responsável pelo efeito estufa. No entanto, os Estados Unidos, Japão e Canadá, os maiores poluidores, recusaram-se a ratificar o protocolo de Kyoto, de modo que ele continua sem valor legal.

A conclusão do Protocolo de Biossegurança – acordo multilateral que disciplina as condições de biossegurança para o comércio de organismos geneticamente modificados – foi um passo importante em 2000. O Programa Ambiental das Nações Unidas (Pnuma) promoveu uma reunião em Montreal, Canadá, em janeiro, e ao término dos cinco dias de negociações, representantes de 138 países presentes aprovaram, finalmente, o Protocolo. A etapa posterior será a implementação do acordo. A questão é polêmica, porque de um lado há grande pressão para que a produção e comércio dos transgênicos sejam livres, por outro, há falta de informações sobre o impacto destes produtos tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana.

Na quinta reunião da Conferência das Partes (COP5), realizada em Nairobi, uma das decisões de

maior destaque foi a de nortear os trabalhos, a partir de então, tendo como premissa o Princípio da Abordagem Ecosistêmica. Este princípio prevê uma ampla associação entre interesses locais e públicos, bem como a devida valoração dos sistemas naturais e seus serviços. Baseado na natureza hierárquica da diversidade biológica, ou seja, a interação de genes, espécies e ecossistema, o Princípio deve ser gerenciado por meio de práticas adaptativas, que levem em conta a falta de conhecimento e a natureza complexa e dinâmica dos ecossistemas e fatores sociais.

Ainda em âmbito internacional, foi disparado na COP5 o processo do *Millenium Ecosystem Assessment*, a primeira avaliação global dos ecossistemas, que pretende focalizar os bens e serviços, pressões antrópicas e outras pressões que estão comprometendo os ecossistemas em todo o planeta. A idéia é reunir, ao longo de quatro anos, informações científicas sobre os ecossistemas para subsidiar as reuniões da Conferência das Partes e, conseqüentemente, suas decisões.

No ano 2000, a implementação da CDB no Brasil, foi um reflexo do panorama internacional. São reais os avanços no estabelecimento de políticas ambientais, como a medida provisória que regulamenta o acesso ao patrimônio genético, a criação de um grande número de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, a mobilização de entidades civis da sociedade para importantes causas ecológicas ou o sucesso de programas ambientais como o Mico-leão-dourado, que tirou esta espécie da categoria de quase extinção. Mas, ao mesmo tempo em que se registraram avanços, o ano 2000 foi também um período marcado por grandes acidentes ambientais, como o derramamento de petróleo na Baía de Guanabara e o aumento do desmatamento na Amazônia.

Uma das principais conquistas de 2000 foi a medida provisória relativa ao acesso ao patrimônio genético, que regulará a questão até que seja promulgada uma lei. Foi um passo significativo na busca do controle do acesso ao patrimônio genético do país. Outra medida provisória, assinada no final de 2000, corrigiu distorções em relação às funções da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), definindo melhor o papel da área ambiental neste contexto. Para o ano de 2001 estão previstas a revisão desta medida provisória e a criação de um conselho de gestão do patrimônio genético.

Ainda em 2000, uma comissão de parlamentares tentou modificar o Código Florestal (Lei nº 4.771/65) de modo a ampliar o desmatamento em todos os ecossistemas do país. A resposta foi uma ampla mobilização da sociedade brasileira impedindo que isso ocorresse, forçando o governo federal a transformar em medida provisória a resolução negociada pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) com vários setores organizados da sociedade. O texto ainda está em

vigor através da Medida Provisória nº 2.080-62, que deverá ser revista em 2001.

Na elaboração dos seus projetos, o governo promoveu uma consulta pública com o objetivo de inserir a sociedade na definição de uma política nacional de biodiversidade. Foram chamados a participar desta etapa organizações não-governamentais, pesquisadores, empresas, entre outros representantes da sociedade. Os resultados encontram-se em fase de consolidação e deverão ser divulgados ainda 2001.

Outra ação governamental foi a realização, pelo Probio, de seminários regionais que buscam identificar e estabelecer ações prioritárias para a conservação da diversidade biológica dos biomas brasileiros. Os workshops tiveram caráter participativo e seus resultados estão consolidados em publicações que representam um conjunto importante de subsídios para a formulação de políticas públicas para o setor.

Na esfera legislativa destaca-se a criação do Programa Nacional de Florestas (dec. n.º 3.420). Entre seus objetivos estão estimular o uso sustentável de florestas nativas e plantadas, fomentar atividades de reflorestamento, recuperar florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas, apoiar as iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas, reprimir os desmatamentos ilegais e a extração predatória de produtos e subprodutos florestais e estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

Além disso, o Parque Nacional do Jaú (AM) e o Complexo Pantanal (MT e MS) - abrangendo o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Dorochê, Acurizal e Penha - foram reconhecidos pela Unesco como sítios do Patrimônio Natural da Humanidade. A proposta brasileira foi aprovada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em reunião realizada em Cairns, na Austrália. Agora, o Brasil conta com cinco áreas classificadas como Patrimônio Natural da Humanidade e outras nove como Patrimônio Cultural da Humanidade, uma vitória para a preservação da biodiversidade.

3. O FUNBIO

História

O FUNBIO busca um espaço diferenciado de atuação, que o distinga dos demais fundos ambientais nacionais, e que permita realizar seus objetivos com padrões de excelência.

Criado em outubro de 1995, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem o objetivo de complementar as ações governamentais para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica do país, em consonância com a CDB e com o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO).

Tendo como premissas tanto a conservação do patrimônio biológico do planeta, quanto a busca de soluções para outros problemas globais, foi criado o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF – *Global Environmental Facility*), com o objetivo de financiar projetos ambientais em todo o mundo. Em 1995 o Ministério do Meio Ambiente obteve uma doação do GEF para conservação da biodiversidade no Brasil e para gerenciar uma parte deste recurso foi criado o FUNBIO, que recebeu um aporte de US\$ 20 milhões.

A doação feita através do Banco Mundial teve como condicionante a constituição de um mecanismo de fomento eficiente e transparente, capaz de atrair o setor privado como parceiro para o alcance de seus objetivos. Para isso, o aporte recebido do GEF está sendo complementado pela captação de recursos em diferentes fontes, a fim de garantir a continuidade do Fundo em longo prazo.

Até então ligado à Fundação Getúlio Vargas, foi no ano de 2000 que o FUNBIO mudou de casa, conquistando espaço próprio e efetivando um complexo trabalho de reorganização institucional. O processo de encubação do FUNBIO dentro da FGV foi fundamental para sua consolidação. Sua autonomia se deu a partir da demonstração da capacidade de gestão competente dos projetos e dos recursos aportados pelo GEF e pelos seus parceiros.

Proposta

Como visão de futuro, o Funbio pretende se estabelecer como um fundo privado, com recursos de fontes diferentes, em volume suficiente para apoio a ações de referência em biodiversidade.

A ação do FUNBIO envolve busca, captação, potencialização e distribuição de recursos financeiros e materiais, bem como a criação das condições necessárias para a participação da sociedade civil no processo de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa missão se insere numa visão de futuro, voltada para garantir que os recursos arrecadados de fontes diversas sejam sempre em volume suficiente para contribuir de forma significativa para o apoio a projetos que, plenamente realizados, sirvam de referência para ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O FUNBIO estimula o desenvolvimento de empreendimentos ambiental e financeiramente sustentáveis. Isto vem sendo possível pelo estabelecimento de uma relação profissional e criteriosa com seus parceiros. A credibilidade conquistada com a competente gestão dos recursos captados permite ao FUNBIO o estabelecimento de parcerias e recebimento de doações de empresas e outras instituições interessadas em se associar aos esforços pela conservação da diversidade biológica e seu uso sustentável no Brasil.

O Fundo tem como clientela-alvo o empresariado que atua no país, organizações não-governamentais com projetos pertinentes à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e as comunidades locais beneficiárias dessas ações.

Organização

O FUNBIO funciona de forma ágil, leve, flexível, transparente e eficaz, estimulando o desenvolvimento de empreendimentos ecológico e socialmente sustentáveis, envolvendo a sociedade civil neste processo.

O FUNBIO é dirigido por um Conselho Deliberativo composto por 28 pessoas que ocupam posições destacadas em diferentes segmentos sociais envolvidos na questão da biodiversidade no Brasil. São representantes de organizações ambientalistas não-governamentais, empresas privadas e instituições acadêmicas de renome no país, além de quatro membros do Governo provenientes do Ministério do Meio Ambiente. É operado por um Comitê Executivo, seis Comissões Técnicas e uma Secretaria Executiva, que atualmente conta com 15 profissionais em diferentes áreas.

Conselho Deliberativo

Cabe ao Conselho definir, de forma autônoma, a política geral de ação e prioridades do FUNBIO, além de ter atuação direta no processo de fomento a projetos. O Conselho se divide em duas câmaras (vogais e suplentes). Os membros do CD também integram o Comitê Executivo e as

Comissões Técnicas.

Comitê Executivo

Composto pelo presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo, além dos coordenadores das Comissões Técnicas, num total de sete membros, é a instância coordenadora dos trabalhos das comissões e supervisora e orientadora das ações da Secretaria Executiva.

Comissões Técnicas

São instâncias de análise, orientação, acompanhamento e avaliação junto ao Conselho e à Secretaria Executiva do FUNBIO, organizadas por competências específicas: Planejamento e Estratégia, Fomento, Captação de Recursos, Finanças e Auditoria, Acompanhamento e Avaliação e Bioprospecção.

Secretaria Executiva

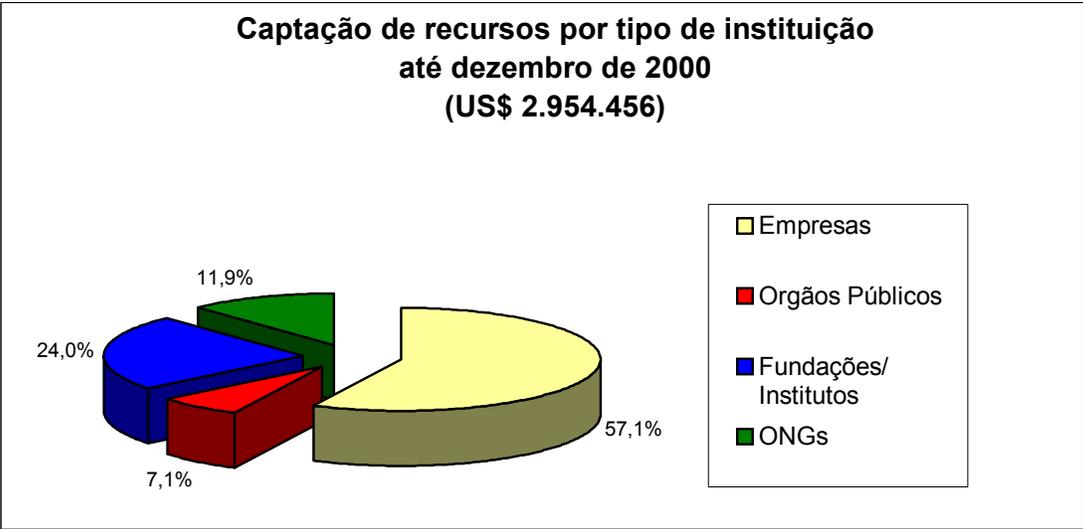
É a instância de execução da estratégia e do programa de trabalho do FUNBIO, tanto nos seus aspectos técnicos quanto administrativos e financeiros, subsidiando ainda o Conselho Deliberativo com propostas, análises e informações necessárias às suas decisões. Atualmente, a Secretaria divide-se em uma diretoria executiva, duas coordenações de fomento, uma gerência administrativa, uma financeira, um setor de informação e comunicação e uma secretaria de colegiados.

Resultados

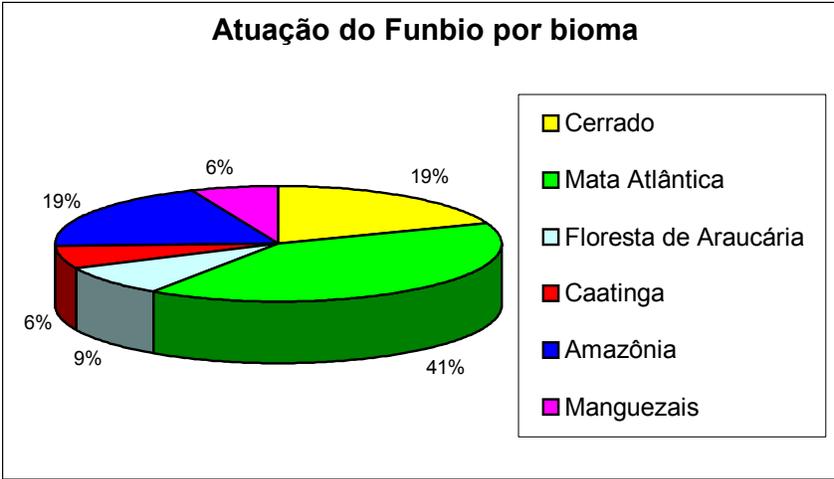
Até dezembro de 2000 o FUNBIO captou aproximadamente US\$ 3 milhões para projetos em biodiversidade. A expectativa é que até o final de 2001 a instituição consiga completar os US\$ 5 milhões, alcançando a meta estabelecida pelo GEF.

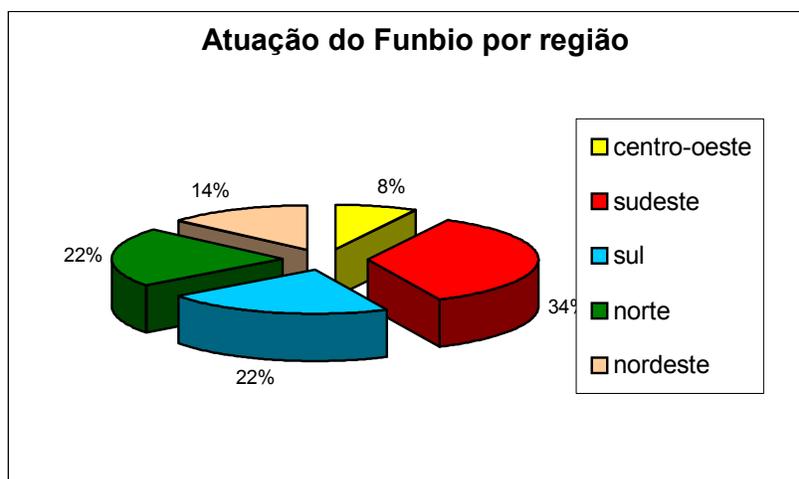
No ano 2000 o FUNBIO cresceu em mais de 100% tanto em relação ao número de projetos apoiados quanto no valor desembolsado para garantir o avanço da preservação/conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais do território brasileiro. Esse crescimento expressa a eficiência e a credibilidade conquistadas na breve história da instituição.

Mais do que isso, foi neste período que o FUNBIO, ao buscar parcerias para o financiamento de projetos, conseguiu ampliar o envolvimento e a participação das empresas privadas que, hoje, respondem por mais da metade – 57,1% - dos recursos financeiros alocados no Programa Fundos de Parceria. O poder público participou diretamente com 7,1% destes recursos e o restante veio de fundações e institutos (24%) e de organizações não-governamentais (11,9%).

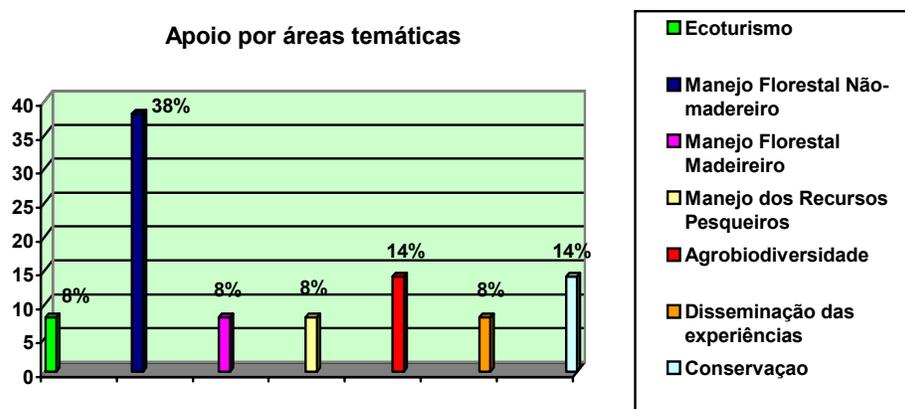


Para se ter uma idéia do alcance da ação do FUNBIO, basta citar o convênio firmado com a Fundação Ford, responsável pelo financiamento de nove projetos que beneficiam direta e indiretamente 500 mil pessoas, número relativo à população de uma cidade brasileira de médio porte. Os programas apoiados pelo FUNBIO abrangem todas as regiões do país, nos biomas do Cerrado, Mata Atlântica, Floresta de Araucária, Caatinga, Amazônia e Manguezais.

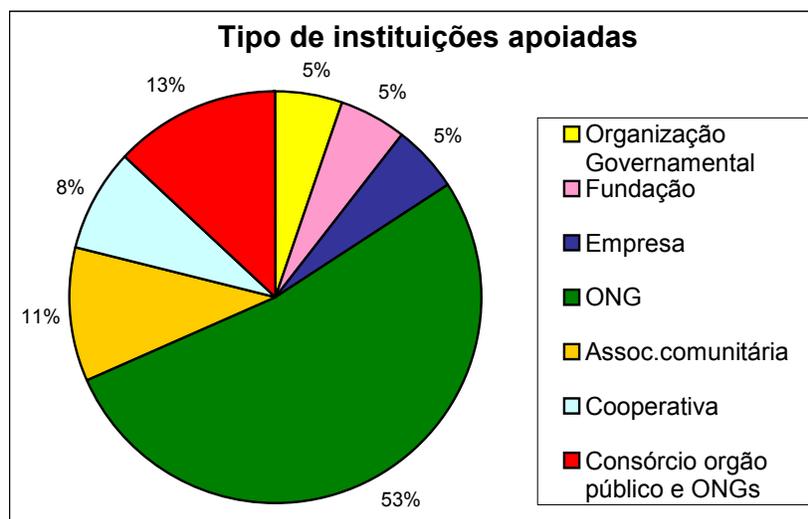




Entre as áreas temáticas abrangidas destacam-se o manejo florestal não-madeireiro, a agrobiodiversidade e o manejo de recursos pesqueiros, áreas onde é crucial a ação positiva tanto para a preservação da biodiversidade quanto para a produção de alimentos e riqueza no contexto de nova ordem mundial. Uma nova frente, a do ecoturismo, foi aberta também em 2000 e terá continuidade em 2001, voltada para a capacitação de todos os setores envolvidos no desenvolvimento do turismo não-predatório.



Se observada pelo tipo de instituições apoiadas, a ação do FUNBIO voltou-se preferencialmente para o estímulo ao trabalho das organizações não-governamentais, que participaram com 53% do total de projetos apoiados, seguindo-se os consórcios entre o poder público e ONGs, com 13%, as associações comunitárias, com 11% e cooperativas, com 11%. Além dessas frentes de atuação, o FUNBIO trabalha também em parceria com de institutos de pesquisa e entidades acadêmicas de referência nacional e internacional, o que aponta para o efetivo envolvimento de segmentos importantes da sociedade brasileira.



Mais do que a importância quantitativa do alcance da ação do FUNBIO, esta distribuição por regiões e biomas e o envolvimento de tão diferentes segmentos populacionais tem um alto significado qualitativo: a excelência destes projetos constitui-se em referência positiva ao estímulo de mais e mais ações semelhantes.

Estes são fatos expressivos da atuação do FUNBIO, que se quer firmar como instituição diferenciada entre as entidades voltadas para a preservação da biodiversidade e o uso sustentável do patrimônio natural brasileiro, sempre tendo em vista melhores condições de vida e de desenvolvimento humano.

Segundo levantamento da Conservation International, dos 17 países da Terra mais ricos em biodiversidade, o Brasil está em primeiro lugar, com 23% de todas as espécies do planeta. Somente na região amazônica brasileira vivem 20.000 espécies endêmicas, ou seja, só encontradas em território brasileiro. No atual contexto planetário, de escassez de recursos naturais, isto pode significar riqueza e poder. Mas significa também um imenso desafio e uma grande responsabilidade. Desafio e responsabilidade que, em parte, é assumida pelo FUNBIO e todos os seus colaboradores, tal como pode ser evidenciado pelos números abaixo.

RECURSOS TOTAIS CONTRATADOS ATÉ DEZEMBRO DE 2000 PARA APOIO A PROJETOS ¹	
Aportes contratados do Funbio	US\$ 4.384.617
Contrapartida dos parceiros	US\$ 5.166.205
Total	US\$ 9.550.822

¹ Valor aproximado, considerando a cotação do dólar a R\$2.

PROJETOS APOIADOS POR ANO E VALOR DESEMBOLSADO		
ANO	Nº DE PROJETOS	VALOR DO DESEMBOLSO
1997	10	US\$ 77.070
1998	10	US\$ 953.307
1999	13	US\$ 431.853
2000	28	US\$ 915.750
Total de recursos desembolsado até 2000		US\$ 2.377.980

4. PROGRAMAS

Fundos de Parceria

O Programa que mais trouxe recursos ao Funbio foi o de Fundos de Parceria. Do montante contratado até dezembro de 2000, na ordem de US\$ 2,6 milhões, foram aportados por instituições privadas aproximadamente US\$ 1 milhão.

Os fundos de parceria visam a financiar, de forma consorciada, projetos de interesse comum com as instituições parceiras, em áreas temáticas consideradas prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Cada fundo é formado por uma doação do parceiro (de no mínimo 50% do valor total do projeto) complementada pelo FUNBIO. Em termos absolutos, essa doação não pode ser inferior a US\$ 200 mil. Mas não há limite máximo de comprometimento de recursos para esses fundos.

Os projetos apoiados pelos fundos de parceria podem ser propostos por um dos parceiros ou selecionados a partir de edital, devendo enquadrar-se numa das seguintes áreas: uso direto e/ou indireto de recursos genéticos e biológicos; e criação ou implantação de unidades de conservação (públicas ou privadas).

O Edital 01/98 (chamada para Formação de Fundos de Parceria), lançado em outubro de 1998, permaneceu em aberto ao recebimento de novas propostas durante todo o ano de 2000. O processo de negociação dos fundos de parceria terá sua primeira etapa finalizada em 2001, uma vez alcançado o patamar de US\$ 5 milhões. Então, o FUNBIO terá cumprido as condições contratuais junto ao Banco Mundial para receber a segunda parte da doação do GEF, no valor de US\$ 10 milhões.

Durante o ano 2000 foram recebidas seis novas propostas no âmbito desse Edital e várias das propostas apresentadas em 1999 foram contratadas também neste período.

PROJETOS DO PROGRAMA FUNDOS DE PARCERIA	
Projeto: Educação e Recuperação Ambiental da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce	
Local de realização: Aimorés (Minas Gerais, divisa com o Espírito Santo)	
Executor: Instituto Terra	
Objetivos: Desenvolver processo educacional e de pesquisa voltado para a recuperação de áreas degradadas, tomando as atividades de recuperação florestal a serem promovidas na Fazenda Bulcão como áreas de demonstração e estudo, dando subsídios para a pesquisa e a educação.	
Início de execução: janeiro de 2000	
Valor contratado: R\$ 1.748.429,17	Valor executado: R\$ 318.843
Avaliação: O projeto passou por uma fase inicial de montagem de equipe e de instalações. Foram iniciadas as atividades de recuperação nos módulos demonstrativos e a construção do Centro de Estudos em Recuperação Ambiental.	
Projeto: Uso sustentável da Biodiversidade marinha como alternativa econômica para as comunidades costeiras do Espírito Santo.	
Local de realização: Espírito Santo	
Executor: Fundação Promar	
Objetivos: Desenvolvimento de atividades de maricultura	
Início de execução: março de 2000	
Valor contratado: R\$ 1.053.000,00	Valor transferido: R\$ 50.784,00
Avaliação: O projeto foi cancelado, por decisão do Conselho Deliberativo.	
Projeto: Cicuta – Recuperação de ecossistemas florestais e de serviços ambientais da Mata Atlântica ao longo do Vale do Médio Paraíba (RJ)	
Local de Realização: Volta Redonda (RJ)	
Executor: Fundação CSN	
Objetivos: Recuperação de ecossistemas em torno da ARIE Mata da Cicuta, associada a atividades de educação ambiental, com o intuito de melhor proteger a área de reserva.	
Início de execução: abril de 2000	
Valor contratado: R\$ 1.890.000,00	Valor executado: R\$ 492.588,00
Avaliação: O projeto passou por uma fase inicial de montagem de equipe. Durante o ano de 2000 foi praticamente concluída a implantação de infra-estrutura básica para realização das demais atividades (construção do Centro de Visitantes, reforma de base para pesquisadores e de áreas de recreação, implantação do horto).	
Projeto: Monte Alegre	
Local de Realização: Telêmaco Borba (Paraná)	
Executor: Klabin do Paraná Produtos Florestais – KPPF	
Objetivos: Implantação de atividade comercial voltada para a bioprospecção aliada à conservação da biodiversidade nas áreas de floresta nativa, mantidas como reserva legal da empresa KPPF.	

Início de execução: julho de 2000	
Valor contratado: R\$ 5.122.000,00	Valor executado: R\$ 240.000,00
Avaliação: Foram iniciadas atividades em todas as frentes de execução do projeto, ainda que com certo atraso. Espera-se que em 2001 esse atraso seja recuperado.	

Programa Fundação Ford/Funbio

Manejo sustentável de recursos florestais, introdução de sistemas agroflorestais e incentivo à capacitação e à organização de comunidades são algumas das ações pela biodiversidade desenvolvidas pelos projetos Ford/Funbio.

Uma das chamadas para projetos lançada em 2000 decorreu da composição do Fundo de Parceria entre a Fundação Ford e o FUNBIO. Voltado ao apoio financeiro de projetos de desenvolvimento sustentável local, de base comunitária, o edital estabeleceu que as atividades fossem desenvolvidas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica. Foram disponibilizados recursos no valor de R\$ 1.720.000,00. Esta chamada recebeu onze propostas, das quais nove foram aprovadas e contratadas.

Entre os principais produtos envolvidos nesses projetos estão diversas espécies frutíferas tropicais (como banana, jaca, abacaxi, genipapo e caju), hortaliças, condimentos, café, plantas medicinais, palmito e piaçava, além da produção artesanal de objetos de arumã e madeira. Todos desenvolvidos por comunidades tradicionais locais.

PROJETOS DA PARCERIA FORD/FUNBIO	
Projeto: Gestão Participativa de Recursos Naturais e Florestas – Construindo um Modelo de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Rurais da Região de Itacaré-Serra Grande	
Local de realização: Sul da Bahia	
Nº de pessoas beneficiadas: 200 famílias, em 3 comunidades	
Executor: IESB	Parceiros: 1) Associação dos Produtores Rurais da Marambaia (Associação Rural); 2) Associação dos Produtores Rurais de Camboinha (Associação Rural); 3) Associação dos Produtores Rurais de Serra Grande (Associação Rural); 4) Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia – COOTEBA (Cooperativa de Assistência Técnica); 5) Cooperativa dos Produtores Rurais de Una - COOPERUNA (Cooperativa de Compra e Venda); 6) Centro de Recursos Ambientais – CRA
Objetivos: Melhorar as condições de vida das comunidades rurais da Área de Proteção Ambiental Itacaré-Serra Grande, preservando, ao mesmo tempo, suas florestas e recursos naturais	
Início de execução: 01/09/00	
Valor contratado: R\$ 238.082,96	Valor executado: R\$ 59.409,97
Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação	
Projeto: Sinergia para a Sustentabilidade e Cidadania nas Florestas Amazônica e da Mata Atlântica	

Local de realização: Novo Airão – AM	
Nº de pessoas beneficiadas: 15 mil	
Executor: Fundação Vitória Amazônica FVA	Parceiros: 1) Prefeitura de Sete Barras (SP); 2) Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Guapiruvu (AGUA); 3) Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA); 4) Prefeitura de Boa Vista do Ramos (PMBVR-AM); 5) Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM); 6) Escola Oficina de Lutheria da Amazônia (OELA); 7) Associação dos Artesãos de Boa Vista do Ramos (AABVR); 8) Associação Comunitária Agrícola e de Extratores de Produtos Florestais (ACAF)
Objetivos: Consolidar uma alternativa econômica sustentável para a associação de artesãos local baseada no manejo e transformação de fibras vegetais	
Início de execução: 01/09/00	
Valor contratado: R\$ 144.460,00	Valor executado: R\$ 27.450,00
Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação	
Projeto: Sinergia para a Sustentabilidade e Cidadania nas Florestas Amazônica e da Mata Atlântica	
Local de realização: Boa Vista do Ramos – AM	
Nº de pessoas beneficiadas: 12 mil, em 43 comunidades	
Executor: Imaflora	Parceiros: 1) Prefeitura de Sete Barras (SP); 2) Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Guapiruvu (AGUA); 3) Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA); 4) Prefeitura de Boa Vista do Ramos (PMBVR-AM); 5) Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM); 6) Escola Oficina de Lutheria da Amazônia (OELA); 7) Associação dos Artesãos de Boa Vista do Ramos (AABVR); 8) Associação Comunitária Agrícola e de Extratores de Produtos Florestais (ACAF)
Objetivos: Promover um processo participativo de definição da Agenda 21; adaptação do sistema de exploração de madeira para um sistema de manejo sustentável; desenvolver Plano de Negócios para a produção de machetaria e pequenos objetos certificados de madeira.	
Início de execução: 01/09/00	
Valor contratado: R\$ 138.820,00	Valor executado: R\$ 22.375,00
Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação	
Projeto: Sinergia para a Sustentabilidade e Cidadania nas Florestas Amazônica e da Mata Atlântica	
Local de realização: Vale da Ribeira – SP	
Nº de pessoas beneficiadas: 150 famílias	
Executor: Vitae Civilis	Parceiros: 1) Prefeitura de Sete Barras (SP); 2) Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Guapiruvu (AGUA); 3) Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA); 4) Prefeitura de Boa Vista do Ramos (PMBVR-AM); 5) Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM); 6) Escola Oficina de Lutheria da Amazônia (OELA); 7) Associação dos Artesãos de Boa Vista do Ramos (AABVR); 8) Associação Comunitária Agrícola e de Extratores de Produtos Florestais (ACAF)
Objetivos: Promover a conservação e uso sustentável da Mata Atlântica mediante o fortalecimento de parcerias entre ONGs e comunidades locais e o fortalecimento de iniciativas de manejo, de estudos de ecologia e certificação para consolidar o uso de plantas medicinais e artesanato como alternativas econômicas sustentáveis.	
Início de execução: 01/09/00	
Valor contratado: R\$ 166.340,00	Valor executado: R\$ 35.940,00
Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação	

Projeto: Sustentabilidade econômica com base na Valorização da Biodiversidade em Sistemas Agrícolas Familiares

Local de realização: Centro-sul do Paraná

Nº de pessoas beneficiadas: 419 mil, em 22 municípios

Executor: ASPTA

Objetivos: Ampliar as ações para a promoção e consolidação econômica dos sistemas agrícolas familiares

Início de execução: 06/09/00

Valor contratado: R\$ 137.500,00

Valor executado: R\$ 10.139,00

Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação

Projeto: Sustentabilidade econômica com base na Valorização da Biodiversidade em Sistemas Agrícolas Familiares

Local de realização: Prado – Extremo sul da Bahia

Nº de pessoas beneficiadas: 2000 famílias, em 25 assentamentos

Executor: Terra Viva

Objetivos: Ampliar as ações para a promoção e consolidação econômica dos sistemas agrícolas familiares

Início de execução: 06/09/00

Valor contratado: R\$ 107.863,00

Valor executado: R\$ 14.660,00

Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação

Projeto: Sustentabilidade econômica com base na Valorização da Biodiversidade em Sistemas Agrícolas Familiares

Local de realização: Zona da Mata mineira

Nº de pessoas beneficiadas: 1.900 famílias

Executor: CTA – ZM

Objetivos: Ampliar as ações para a promoção e consolidação econômica dos sistemas agrícolas familiares

Início de execução: 06/09/00

Valor contratado: R\$ 98.500,00

Valor executado: R\$ 34.033,10

Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação

Projeto: Artesanato e Manejo Sustentável de Recursos Naturais por Comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

Local de realização: Santarém – PA

Nº de pessoas beneficiadas: 85 famílias, em duas comunidades

Executor:
IPAM

Parceiros: 1) Associação Comunitária da Comunidade de Nuquini (ASCON); 2) Associação dos Micro Produtores de Amorim a Vista Alegre do Rio Tapajós (AMPRAVAT)

Objetivos: Implantar oficinas comunitárias para a produção de objetos de utilidade doméstica utilizando: madeiras, fibras, óleos e pigmentos vegetais; plano de manejo comunitário dos recursos florestais.

Início de execução: 04/12/00

Valor contratado: R\$ 89.700,00

Valor executado: R\$ 7.327,00

Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação	
Projeto: Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica	
Local de realização: Mata Atlântica	
Nº de pessoas beneficiadas: nd	
Executor: SOS Mata atlântica	Parceiros: 1) Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; 2) IMAFLORA; 3) IESB
Objetivos: Promover o manejo sustentável de recursos florestais da mata atlântica; capacitação de comunidades locais, auditores e pequenos produtores; elaborar diretrizes para certificação florestal.	
Início de execução: 04/09/00	
Valor contratado: R\$ 354.440,90	Valor executado: R\$ 50.066,66
Avaliação: Aguardando a 1ª avaliação	

Programa de Apoio à Produção Sustentável (PAPS)

O Programa de Apoio à Produção Sustentável atinge diretamente cerca de 3000 famílias, em três diferentes biomas do país, promovendo a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

O Programa de Apoio à Produção Sustentável (PAPS) potencializa iniciativas inovadoras de pequeno porte, já em operação, ligadas ao uso sustentável da biodiversidade. Investindo em projetos que contaram com aportes financeiros de outras entidades, o FUNBIO evita a interrupção dessas iniciativas, possibilitando a ampliação do alcance dos projetos.

Numa etapa experimental, o PAPS financiou três projetos, todos eles concluídos no ano de 2000, representando um aporte de aproximadamente R\$ 240mil. Com base nesta experiência piloto, o FUNBIO lançou o primeiro edital do Programa de Apoio à Produção Sustentável – PAPS (ED 01/00), que disponibilizou recursos no montante de R\$ 1 milhão e 300 mil. De 32 propostas apresentadas foram selecionadas 10 para receber apoio para a primeira fase do Programa, de diagnóstico e elaboração de planejamento estratégico do empreendimento.

A metodologia do Plano de Negócios utilizada pelo PAPS tem demonstrado que os projetos que representam uma alternativa às atividades econômicas de alto impacto ambiental podem obter sucesso comercial, ampliando a capacidade de geração de emprego e renda para as populações locais. Através da análise da sustentabilidade ambiental, da viabilidade econômica, da capacidade de gestão do empreendedor e das características de mercado associadas a esses projetos, o plano de negócios permite a estruturação de uma proposta de apoio financeiro consistente e adequada às necessidades de recursos, favorecendo o sucesso do empreendimento.

Entre os resultados positivos proporcionados pelos projetos financiados pelo PAPS destacam-se a

redução da pressão sobre matas remanescentes; a criação de corredores florestais; o manejo sustentável de recursos costeiros para reabilitação de recursos pesqueiros; a implantação de sistemas agroflorestais, garantindo-se a manutenção da diversidade biológica, evitando-se a erosão. Do ponto de vista social é relevante o envolvimento de famílias em atividades agroextrativistas e o aumento da renda da população com a produção sustentável dos recursos naturais como alternativa às práticas predatórias.

A segunda fase do PAPS será desenvolvida em 2001 e consistirá na apreciação dos planos de negócios elaborados pelos projetos, de forma a selecionar aqueles que irão receber apoio do FUNBIO para a etapa seguinte, relativa à implementação do plano estratégico definido.

PROJETOS DO PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL (PAPS)	
Projeto: Manejo dos Territórios Quilombolas – Introdução da Marca Quilombola	
Local de realização: Oriximiná- PA	
Nº de pessoas beneficiadas: 770 famílias, em 27 comunidades	
Executor: CPI-SP	Parceiros: 1) EMBRAPA - Amazônia Oriental, Museu Emílio Goeldi, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa; 2) IBAMA/Floresta Nacional Saracá-Taquera; 3) Fala Preta - Organização de Mulheres Negras; obs.: parceria com IMAFLORA em fase de negociação.
Objetivos: Definição do Plano de Negócios para a introdução da marca Quilombola à castanha e comercialização do produto no mercado exterior; plano de certificação da castanha do Pará produzida pelos quilombolas.	
Início de execução: 01/11/00	
Valor contratado na 1ª fase: R\$ 29.648,21	Valor executado: R\$ 12.890,53
Projeto: Apoio às Organizações Comunitárias e Associações dos Produtores Artesanais do Saco do Mamangá	
Local de realização: Paraty-RJ	
Nº de pessoas beneficiadas: 120 famílias	
Executor: AMAM	Parceiros: 1) Antônio Diegues (Coordenador NUPAUB-USP); 2) Virgílio Vianna (Coordenador do LASTROP)
Objetivos: Organizar produção e comercialização de artesanato da caixeta; e incentivar e desenvolver o turismo ecológico em áreas de mangues	
Início de execução: 22/11/00	
Valor contratado na 1ª fase: R\$ 28.750,00	Valor executado: R\$ 12.500,00
Projeto: Projeto de Exploração Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas Nativas em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP)	
Local de realização: Vale do Ribeira – SP	
Nº de pessoas beneficiadas: 100 famílias	

Executor: Associação Quilombo de Ivaporunduva	Parceiros: Associação Quilombo de Ivaporunduva; Fundação para a Conservação e Produção do Estado de São Paulo; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade de São Paulo – NUPAUB; Fundação Florestal.
Objetivos: Viabilizar a extração e o uso tradicionais de plantas medicinais; avaliar a Qualidade dos produtos manejados; desenvolver estudos de mercado; implantar estrutura de processamento local de produção; capacitar os produtores para o beneficiamento dos produtos medicinais	
Início de execução: 28/09/00	
Valor contratado na 1ª fase: R\$ 26.400,00	Valor executado: R\$ 12.000,00
Projeto: Consolidação da Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia	
Local de realização: Cananéia – SP	
Nº de pessoas beneficiadas: 43 famílias	
Executor: COOPEROSTRA	Parceiros: 1) Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo; 2) Instituto de Pesca; 3) Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental; 4) NUPAUB – USP
Objetivos: Inserir a produção no mercado consumidor; aprimorar o sistema produtivo e gestão cooperativista; certificação ambiental.	
Início de execução: 29/09/00	
Valor contratado na 1ª fase: R\$ 26.950,00	Valor executado: R\$ 12.250,00
Projeto: Melhoria dos Processos de Produção e Comercialização de Óleos Vegetais por Comunidades da Floresta Nacional do Tapajós-PA	
Local de realização: Flona Tapajós - Santarém – PA	
Nº de pessoas beneficiadas: 78 famílias, em 9 comunidades	
Executor: ASMIPRUT	Parceiros: 1) Associação Intercomunitária do Tapajós/AITA; 2) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra/STR B; 3) Projeto Saúde e Alegria.
Objetivos: Identificar o potencial de mercado para óleos de andiroba, copaíba e sub-produtos; estudar a viabilidade para beneficiamento e processamento de produtos pela comunidade; identificar condições de armazenagem, embalagem e conservação; realizar treinamento para todas as fases do processo de produção.	
Início de execução: 01/11/00	
Valor contratado na 1ª fase: R\$ 25.687,00	Valor executado: R\$ 10.703,00
Projeto: O Cerrado é Vida	
Local de realização: São Raimundo das Mangabeiras – MA	
Nº de pessoas beneficiadas: 100 famílias	
Executor: COOPEVIDA	Parceiros: 1) Grupo de Trabalho Amazônico - GTA; 2) Fórum Carajás; 3) Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; 4) Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU-MA.
Objetivos: Beneficiamento da produção agroextrativista da castanha de caju; assistência técnica; organização social e geração de renda; estratégia de conservação ambiental na área de abrangência do projeto.	
Início de execução: 01/11/00	
Valor contratado na 1ª fase: R\$ 27.600,00	Valor executado: R\$ 11.500,00

Projeto: Frutos do Cerrado - Consolidação do Beneficiamento da Produção das Aldeias Associadas à Vyty-Cati

Local de realização: Tocantins e Maranhão

Nº de pessoas beneficiadas: 5 comunidades indígenas

Executor: CTI

Parceiros: DED - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social

Objetivos: Valorizar e viabilizar a coleta de frutas nativas; melhorar o beneficiamento e armazenamento de polpas; transporte de frutas climatizado; regularização e certificação dos produtos; capacitação de jovens; assistência técnica.

Início de execução: 01/11/00

Valor contratado na 1ª fase: R\$ 32,013,36

Valor executado: R\$ 13.338,90

Projeto: Viabilização Econômica de Sistemas de Produção de Café em Bases Agroecológicas no Entorno da Estação Biológica de Caratinga, Minas Gerais

Local de realização: Caratinga – MG

Nº de pessoas beneficiadas: 300 famílias

Executor: REDE

Parceiros: obs.: Parcerias ainda a serem consolidadas formalmente: 1) Fundação Biodiversitas; 2) Estação Biológica de Caratinga; 3) Fundação Educacional de Caratinga; 4) Sociedade Presbiteriana de Educação e Pesquisa; 5) EMATER; 6) Universidade Federal de Viçosa; 7) Escola Estadual Mary Lucca Chagas.

Objetivos: Difundir sistemas agroecológicos de produção do café; implementar estruturas de beneficiamento; capacitar a associação para gestão e comercialização dos produtos.

Início de execução: 01/11/00

Valor contratado na 1ª fase: R\$ 23.874,00

Valor executado: R\$ 10.380,00

Projeto: Dinamismo Econômico e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade: uma interdependência estratégica no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Centro-Sul do Paraná.

Local de realização: Região sul do Paraná

Nº de pessoas beneficiadas: 390 famílias

Executor: CODEC / ASPTA

Parceiros: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

Objetivos: Beneficiamento e comercialização direta de feijão preto e alimentos; diagnóstico de entraves e necessidades do empreendimento; sistematizar e divulgar os resultados.

Início de execução: 17/11/00

Valor contratado na 1ª fase: R\$ 21.600,00

Valor executado: R\$ 9.000,00

Estudos Estratégicos FUNBIO – Este conjunto de atividades tem como foco a manutenção da postura pró-ativa nas ações do FUNBIO, especialmente através da geração de subsídios para as ações das áreas de captação de recursos e de fomento. Durante o ano de 2001, serão selecionados e desenvolvidos dois estudos estratégicos cujos resultados poderão, de acordo com decisão do Conselho Deliberativo, transformar-se em áreas de atuação do FUNBIO: um sobre seqüestro de carbono e outro sobre ações em áreas de entorno a unidades de conservação.

Melhores Práticas em Ecoturismo (MPE)

O Ecoturismo é uma excelente alternativa econômica para comunidades que vivem em locais de peculiar beleza natural, reunindo ainda importantes componentes de conservação da biodiversidade.

O ecoturismo começou a ser investigado como área potencial de trabalho para o FUNBIO em 1999, dentro do "Programa de Estudos Estratégicos", com o propósito de buscar novos campos de atuação para o Fundo. A pesquisa constatou carência na área de capacitação das equipes que atuam em empreendimentos de ecoturismo, na maioria das vezes formadas por membros de comunidades locais.

A resposta a esse problema foi o desenvolvimento de um programa de capacitação em melhores práticas para o ecoturismo, com o objetivo de definir um conjunto de "melhores práticas" que sirvam de referência para projetos de ecoturismo localizados em áreas remotas no Brasil. O programa propõe capacitar e treinar, *in loco*, os diversos grupos direta ou indiretamente relacionados com meio ambiente e turismo, interessados em fazer do ecoturismo uma alternativa econômica sustentável.

A capacitação e o treinamento previstos no Programa Melhores Práticas em Ecoturismo (MPE) envolvem a preparação de equipes de caráter multidisciplinar, com habilidades e experiências variadas, para atuar como agentes capacitadores, além da capacitação de atores locais, em melhores práticas operacionais e financeiras em ecoturismo e turismo especializado. Para o desenvolvimento deste programa, orçado em R\$1.823.430, se *faz* necessária a composição de parcerias.

Para debater esse programa e ao mesmo tempo apresentá-lo aos potenciais financiadores, o FUNBIO promoveu uma reunião em Brasília, em maio de 2000, com a participação de consultores e representantes de órgãos governamentais de apoio e fomento. O MPE teve boa avaliação por parte dos 26 participantes e, a partir daquele evento, as perspectivas de contratação de parcerias

se tornaram mais concretas.

Ao final de 2000 o MPE contabilizava três parceiros: a FINEP, que disponibilizou R\$ 410 mil para o projeto; o Banco da Amazônia (BASA), com R\$ 180 mil e o próprio FUNBIO, com R\$ 200 mil, totalizando cerca de R\$ 600 mil. Em 2001 as atividades do programa serão concentradas na busca de novos parceiros para conclusão dos recursos financeiros necessários, na formação da secretaria executiva do MPE e no início dos trabalhos de capacitação.

Projetos do Edital 96/97

O edital 96/97 contemplou 10 projetos e significou um aporte de recursos de cerca de US\$ 1,2 milhão por parte do FUNBIO, em projetos de conservação da biodiversidade.

Dos projetos apoiados pelo Edital 96/97, apenas dois ainda não haviam sido concluídos em dezembro de 2000. Os demais foram finalizados em 1999. As operações vivenciadas nesta fase piloto do FUNBIO foram fundamentais não apenas pela experiência adquirida pela instituição, como também para a conservação da biodiversidade brasileira.

Com uma média de duração de 22 meses, os projetos desse edital, iniciados no final de 1997, movimentaram aproximadamente US\$ 1,8 milhão², sendo US\$ 1,2 milhão em investimentos do FUNBIO e US\$ 660 mil em contrapartida das instituições executoras. Para avaliar esta primeira experiência do FUNBIO em financiamento de projetos, foi realizado em julho de 2000 o “Seminário de Avaliação de Projetos Apoiados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Edital 96/97”.

O evento contou com a participação de representantes de oito projetos (dois se ausentaram), mais seis conselheiros, integrantes da Secretaria Executiva e convidados comprometidos com as diversas causas ambientais. O desafio lançado era avaliar os resultados alcançados, verificando em que grau os princípios da CDB foram implementados pelo Fundo. Além disso, o seminário serviu como importante instrumento para compartilhar experiências e aprendizados e avaliar em conjunto o FUNBIO como financiador de projetos.

Durante o seminário foram apresentadas sugestões para o acompanhamento e avaliação dos futuros trabalhos do FUNBIO, com destaque para um monitoramento mais próximo dos projetos, por meio de visitas periódicas; flexibilização dos controles conforme a especificidade dos projetos, com o objetivo de facilitar a execução; incentivo à troca de experiências entre as instituições executoras; além de maior rigor na elaboração de chamadas e seleção dos projetos, com vistas

² Este valor foi calculado com base na cotação do dólar de dezembro de 2000, a R\$ 2. Deve-se ressaltar que a maior parte dos recursos para o edital foi desembolsada em 1998 e que houve grande variação da moeda neste período, como pode ser conferido a seguir: dez. de 1997 – R\$ 1,12; dez. de 1998 – R\$ 1,20; dez. de 1999 – R\$ 1,78.

às perspectivas de êxito no financiamento.

A partir dos resultados desse seminário, a instituição poderá fazer um balanço dessa experiência de fomento, que será consolidada, em breve, em documento impresso a ser divulgado pelo Funbio.

EDITAL 96/97	
Projeto: Conservação e Uso Sustentado dos Recursos Naturais na Região Centro-Oeste do Paraná	
Local de realização: Centro-oeste do Paraná	
Executor: Fundação RURECO	
Objetivos: Implementar atividades de conservação e uso sustentado de recursos naturais por grupos de agricultores familiares da região (municípios da região de Guarapuava).	
Início de execução: dezembro de 1997	
Valor contratado: R\$ 167.513,00	Valor executado: R\$ 160.298,24
Avaliação: Em geral, o projeto vem alcançando suas metas, realizando atividades de conservação e uso sustentado através de vários cursos de capacitação, ministrados às famílias e lideranças da área do projeto. O tipo de relação estabelecida com os grupos beneficiários do projeto é um dos aspectos mais promissores, parecendo ainda bastante salutar a parceria com organizações locais de agricultores para a execução do projeto, em que a RURECO não substitui a organização própria dos agricultores, nem a ofusca.	
Projeto: Detendo a Erosão Genética na Agricultura: Resgate, Conservação e Uso Sustentado de Variedades Tradicionais por Comunidades de Pequenos Produtores	
Local de realização: Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná	
Executor: AS-PTA – Assessoria e serviços a projetos em agricultura familiar	Parceiros: Rede Minas, CTA, AS-PTA/PB, AS-PTA/PR
Objetivos: Resgate, caracterização e avaliação de materiais de milho, feijão e mandioca; conservação de materiais <i>on farm</i> e em bancos de sementes; sistematização de resultados a ser tomada como base para o aperfeiçoamento de metodologias participativas para a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos na agricultura e a proposição de políticas públicas visando a generalização dessa experiência.	
Início de execução: maio de 1998	
Valor contratado: R\$ 446.286,00	Valor executado: R\$406.286,00
Avaliação: Vêm sendo alcançados os objetivos e sendo produzidos impactos positivos no que diz respeito a resgatar e caracterizar variedades tradicionais. A identificação de agricultores experimentados, a valorização do conhecimento dos agricultores sobre as variedades locais e principalmente a intervenção nas políticas públicas são resultados positivos a destacar.	

7. PERSPECTIVAS

Em 2001, o FUNBIO herda uma carga de tarefas a terminar, relativas à sua transição para uma organização não-governamental autônoma e eficiente. Além de concluir este ciclo de reorganização, o FUNBIO precisará adotar estratégias para captar novos recursos junto a diferentes fontes; para qualificar suas ações e para capacitar seus quadros. Essas são as palavras de ordem para o período.

No que tange à obtenção de novos recursos, estratégias variadas e complementares deverão ser adotadas. A mais imediata deve ser a continuidade da formação de fundos de parceria, buscando captar recursos de *diferentes* agentes nacionais e estrangeiros para apoio a projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade, de interesse do FUNBIO e de seus parceiros, e assim alavancar o restante dos recursos do GEF (no valor de US\$ 10 milhões) que lhe estão disponíveis. Isso implica encerrar negociações e formalizar o número necessário de parcerias para comprometer a totalidade dos recursos disponibilizados pelo edital de chamada à formação de fundos de parceria, atingindo uma meta de US\$ 5 milhões de aporte de seus recursos para projetos, através dessa modalidade.

No entanto, faz-se necessário ir além dos fundos de parceria. Estes estimulam a participação do setor privado, catalisam recursos, mas não garantem a sustentabilidade à médio e longo prazo do FUNBIO. É importante a identificação de outras oportunidades para a capitalização do Fundo, de modo a permitir que a sua ação tenha continuidade. A busca e o estabelecimento de relações com outras instituições, principalmente com aquelas que apóiam fundos ambientais nacionais, precisam ser tentados.

Num outro e complementar movimento, é importante garantir a boa aplicação e rentabilidade dos atuais e novos recursos financeiros captados. Nesse sentido, a cuidadosa e permanente avaliação e redirecionamento do trabalho do gestor dos ativos financeiros disponibilizados ao FUNBIO revestem-se de significativa importância.

Do mesmo modo, é também importante a construção de redes de relações entre o FUNBIO e alguns públicos específicos, visando o desenvolvimento de programas ou projetos particulares. Esta iniciativa difere dos fundos de parceria na medida em que os temas e programas não são propostos pelos parceiros, mas pelo FUNBIO, em geral, como resultado do desenvolvimento do seu programa de Estudos Estratégicos. O melhor exemplo dessa possibilidade é o Programa de Melhores Práticas em Ecoturismo. Temas de interesse a serem explorados a curto prazo são áreas de entorno, seqüestro de carbono e repartição de benefícios gerados do acesso a recursos biológicos.

Todas essas frentes, se conduzidas com sucesso, poderão trazer novos recursos financeiros para o FUNBIO e garantir a continuidade de sua operação futura. Caso isso ocorra, deverá significar também o crescimento do número de projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade a serem apoiados. No entanto, quantidade em si não basta. Há que se assegurar a qualidade desses projetos; verificando se essas iniciativas estão de fato alcançando os seus objetivos. Donde o desenvolvimento e a prática de um plano de indicadores de monitoramento e avaliação de projetos, que visa a aferição e o estímulo da eficácia desses empreendimentos.

O FUNBIO quer também diversificar e ampliar geograficamente a sua ação, tratando de induzir o desenvolvimento de iniciativas em áreas que carecem de atenção e apoio, aumentando o número de projetos apoiados em biomas como, por exemplo, a caatinga, a zona costeira ou a região de araucárias.

Pretende ainda fazer com que o Programa de Apoio à Produção Sustentável, passe a funcionar como uma linha de apoio de fluxo contínuo para projetos desenvolvidos por agentes econômicos de micro porte, garantindo a sua permanência no mercado e contribuindo para a minoração da pobreza e de seu impacto sobre a degradação ambiental.

Todas as frentes acima significam aproveitar oportunidades para atuar de forma pró-ativa, buscando parcerias, estimulando sinergias e catalisando esforços e recursos. No entanto, significam também a necessidade de aumentar a qualificação da equipe de profissionais que dispõe, para que esteja a altura desses desafios. Neste sentido, torna-se importante o desenvolvimento de um programa eficiente de gestão de recursos humanos que garanta a preparação dos quadros necessários para a realização da proposta de crescer com qualidade. Isso, por sua vez, depende de gente qualificada e preparada para conduzir esse processo.

A Secretaria Executiva do FUNBIO está confiante que terá condições de enfrentar adequadamente esses desafios, contribuindo para o satisfatório encerramento de uma primeira etapa e para a abertura de uma nova e promissora página na vida da instituição.

Pedro Leitão
Diretor Executivo

RedLac – As oportunidades de capacitação criadas pela participação do FUNBIO na Rede Latino-americana e Caribenha de Fundos Ambientais Nacionais (REDLAC) têm se mostrado promissoras. A REDLAC é uma rede de colaboração formada por fundos nacionais, com o objetivo de proporcionar oportunidades de cooperação e partilhar custos de atividades de sistematização, troca de informações, capacitação e aprendizado. Além do FUNBIO, o outro fundo brasileiro a integrá-la é o Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA). A troca de informações e experiências e o aprendizado podem ocorrer através do *website* da Rede e nos encontros anuais que promove. Em 2001 o encontro será no Rio de Janeiro (em outubro), devendo ser organizado em conjunto pelo FUNBIO e pelo FNMA.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

*Demonstrações Contábeis Referentes ao Período
de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2000
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
Rio de Janeiro - RJ

- (1) Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, levantado em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do fundo patrimonial e dos fluxos de caixa relativas ao período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2000, expressos em reais e elaborados sob a responsabilidade da administração do Fundo. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
- (2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pelo administrador do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- (3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO em 31 de dezembro de 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu fundo patrimonial e os seus fluxos de seu caixa relativos ao período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2000, de acordo com os princípios contábeis descritos na Nota 2.
- (4) Os valores expressos em reais foram traduzidos para dólares norte-americanos, de acordo com as bases descritas na Nota 2(h), para a conveniência dos leitores. Esta tradução não deve ser interpretada como se os montantes em reais representassem, tivessem representado ou pudessem ser convertidos em dólares norte-americanos.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2001

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 11.609 S/RJ

MARCELO C. ALMEIDA
Contador
CRC-RJ 36.206-3

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000
(Em milhares de reais e de dólares norte-americanos)

ATIVO	R\$	US\$
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes	4.234	2.166
Aplicações em moeda estrangeira	1.507	771
Aplicações em carteira administrada no exterior	11.867	6.071
Contas a receber	20	10
Despesas antecipadas - adiantamentos a projetos	<u>473</u>	<u>242</u>
	<u>18.101</u>	<u>9.260</u>
ATIVO PERMANENTE		
Imobilizado		
Equipamentos de processamento de dados	54	28
Móveis e utensílios	84	43
Software	8	4
Depreciação acumulada	<u>(5)</u>	<u>(3)</u>
	<u>141</u>	<u>72</u>
Total	<u>18.242</u>	<u>9.332</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Contas a pagar		
Salários e encargos a pagar	57	29
Serviços de terceiros a pagar	26	13
Taxas de administração de carteira a pagar	17	9
Outras	<u>9</u>	<u>4</u>
	<u>109</u>	<u>55</u>
Doações de parceiros vinculadas a projetos	<u>1.848</u>	<u>945</u>
	<u>1.957</u>	<u>1.000</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Fundo patrimonial		
Recursos comprometidos	6.279	3.212
Recursos livres	<u>10.006</u>	<u>5.120</u>
	<u>16.285</u>	<u>8.332</u>
Total	<u>18.242</u>	<u>9.332</u>

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DAS MUTAÇÕES DO FUNDO
PATRIMONIAL PARA O PERÍODO DE 1 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2000
(Em milhares de reais e de dólares norte-americanos)**

	2000	
	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>
RECEITAS		
Rendimentos de aplicações financeiras		
No Brasil	46	25
No exterior	23	12
Receitas de execução de projetos com parcerias	726	390
Receitas de doações e contribuições não vinculadas a projetos	<u>922</u>	<u>495</u>
Sub-total	1.717	922
Variação cambial líquida	<u>1.358</u>	<u>730</u>
TOTAL DAS RECEITAS	<u>3.075</u>	<u>1.652</u>
DESPESAS		
De pessoal		
Salários	247	133
Obrigações patronais	97	52
Diárias de viagens	<u>13</u>	<u>7</u>
Sub-total	357	192
Serviços prestados por terceiros	272	146
Outros serviços e encargos	165	95
Despesas com execução de projetos	<u>1.249</u>	<u>671</u>
Total	<u>2.043</u>	<u>1.104</u>
Perda com aplicações financeiras sob administração da Rothschild Asset Management Limited	<u>864</u>	<u>464</u>
TOTAL DAS DESPESAS	<u>2.907</u>	<u>1.568</u>
SUPERÁVIT NO PERÍODO	<u>168</u>	<u>84</u>
FUNDO PATRIMONIAL		
Saldo no início do período - 1 de julho de 2000	16.117	8.957
Superávit no período	168	84
Ajustes na tradução	—	<u>(709)</u>
Saldo no fim do período - 31 de dezembro de 2000	<u>16.285</u>	<u>8.332</u>

